



**PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA PAULISTA**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**

**Ofício GAB. nº. 046/2025 – DZ**

Várzea Paulista, 10 de outubro de 2025.

Ao Exmo. Senhor

**ELISEU NOTÁRIO ALVES**

Presidente da Câmara Municipal de Várzea Paulista

Exmo. Senhor Presidente,

Servimo-nos do presente para encaminhar ao crivo desse Egrégio Legislativo Municipal o incluso Projeto de Lei que *“Dispõe sobre o recebimento, repasse e execução de recursos financeiros no âmbito das escolas da Rede Municipal de Ensino, e dá outras providências.”*, para devida instrução e apreciação pela Edilidade.

Certos de podermos contar com a costumeira colaboração, desde já agradecemos as providências necessárias ao trâmite da matéria.

Atenciosamente,

Rodolfo Wilson Rodrigues Braga

Prefeito de Várzea Paulista



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA PAULISTA** **ESTADO DE SÃO PAULO**

### **MENSAGEM JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI**

Submetemos à apreciação dessa Egrégia Câmara o incluso Projeto de Lei que *“Dispõe sobre o recebimento, repasse e execução de recursos financeiros no âmbito das escolas da Rede Municipal de Ensino, e dá outras providências.”*.

O presente projeto tem como objetivo suprir a necessidade de disciplinar, no âmbito municipal, o recebimento e a execução dos recursos financeiros repassados às escolas municipais, em decorrência de prêmios, doações, convênios ou incentivos.

Além disso, a importância de garantir transparência, legalidade e eficiência na aplicação dos recursos destinados à melhoria da qualidade da educação pública;

Diante do exposto, conto com o unânime apoio dos ilustres Parlamentares para aprovação da matéria.

Várzea Paulista, 10 de outubro de 2025.

Rodolfo Wilson Rodrigues Braga

Prefeito de Várzea Paulista



# PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA PAULISTA

## ESTADO DE SÃO PAULO

### PROJETO DE LEI Nº 83/2025

*“Dispõe sobre o recebimento, repasse e execução de recursos financeiros no âmbito das escolas da Rede Municipal de Ensino, e dá outras providências.”.*

**Art. 1º** Fica autorizada a Unidade Gestora Municipal de Educação a reconhecer, intermediar, orientar e fiscalizar a execução dos recursos financeiros recebidos em decorrência de prêmios oficiais, doações de entidades públicas ou privadas, convênios, incentivos e demais instrumentos legalmente instituídos em favor das escolas públicas municipais. Parágrafo único. A execução dos recursos deverá observar a legislação orçamentária e financeira vigente, especialmente a Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual.

**Art. 2º** Os recursos repassados por meio de Termo de Compromisso, convênio ou instrumento congênere poderão ser transferidos às unidades escolares municipais, conforme critérios técnicos e pedagógicos definidos pela Unidade Gestora Municipal de Educação, assegurada a transparência e a equidade entre as unidades escolares.

**Art. 3º** A execução dos recursos poderá ser realizada:

- I** - pela Unidade Gestora Municipal de Educação, nos casos em que a ação pretendida pela unidade escolar esteja contemplada em Atas de Registro de Preços vigentes no âmbito da Administração Pública Municipal;
- II** - diretamente pela unidade escolar, por meio da respectiva Associação de Pais e Mestres (APM), nos casos em que não houver Ata vigente compatível com a ação proposta;

**§ 1º** Em ambos os casos, a unidade escolar permanecerá responsável pela justificativa pedagógica e técnica das ações propostas, bem como pela comprovação de sua realização.

**§ 2º** Quando a execução for realizada diretamente pela unidade escolar, por meio da APM, deverão ser observadas as seguintes exigências:

- I** - aprovação prévia em assembleia da Associação de Pais e Mestres, registrada em ata;
- II** - realização de pesquisa de preços com, no mínimo, três orçamentos distintos para cada aquisição ou contratação, salvo comprovada inviabilidade devidamente justificada no processo;





## **PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA PAULISTA**

### **ESTADO DE SÃO PAULO**

- III - criação de conta bancária específica para recebimento e movimentação dos recursos;
- IV - nos casos de orçamentos extraídos de sites de comércio eletrônico confiáveis, os documentos (prints ou PDFs) deverão conter:
  - a) endereço eletrônico (URL) visível;
  - b) nome do produto ou serviço;
  - c) valor unitário;
  - d) valor do frete, se houver;
  - e) nome da loja ou vendedor (no caso de marketplaces);
  - f) data da cotação ou print datado;
  - g) CNPJ do fornecedor.

§ 3º Fica vedada a utilização dos recursos para quaisquer despesas que não tenham relação com a finalidade do Termo de Compromisso.

**Art. 4º** Os recursos deverão ser utilizados estritamente de acordo com a finalidade prevista no Termo de Compromisso, convênio ou instrumento congênere. Parágrafo único. O uso em desconformidade com o objeto configurará desvio de finalidade, sujeitando o responsável às sanções administrativas, civis e penais cabíveis, inclusive à devolução dos valores aplicados irregularmente.

**Art. 5º** A prestação de contas dos recursos, tanto quando executados diretamente pela Unidade Gestora Municipal de Educação quanto quando transferidos à unidade escolar, obedecerá às seguintes diretrizes:

- I - toda unidade escolar deverá apresentar Relatório de Execução contendo:
  - a) relação dos bens ou serviços adquiridos, com registro fotográfico;
  - b) documentos fiscais ou comprobatórios;
  - c) nos casos em que os recursos forem executados pela APM, a prestação de contas deverá obedecer ao regulamento e às orientações expedidas pela Unidade Gestora Municipal de Educação;
  - d) nos casos em que a execução for realizada pela UGME, mediante Ata de Registro de Preços, a unidade escolar deverá apresentar relatório de conformidade quanto à entrega, instalação e uso dos materiais e serviços.

§ 1º O prazo para apresentação da prestação de contas será de até 60 (sessenta) dias após a execução dos recursos ou conforme definido em regulamento específico.

§ 2º As informações e relatórios referentes às prestações de contas deverão ser consolidados e disponibilizados no Portal da Transparência Municipal.

§ 3º A não prestação de contas ou a comprovação de irregularidades ensejará a devolução dos valores recebidos e aplicação das sanções cabíveis.

**Art. 6º** Caberá à Unidade Gestora Municipal de Educação:



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA PAULISTA**

### **ESTADO DE SÃO PAULO**

- I** - orientar as unidades escolares quanto à aplicação dos recursos e à prestação de contas;
- II** - monitorar a execução física e financeira das ações;
- III** - realizar as tratativas necessárias para recebimento e repasse dos recursos, de modo adequado às exigências firmadas no Termo de Compromisso;
- IV** - consolidar e publicar relatórios anuais de execução física e financeira dos recursos repassados;
- V** - encaminhar as informações às instâncias de controle interno e externo, quando requisitado.

**Art. 7º** O Conselho Municipal de Educação será informado periodicamente acerca da aplicação dos recursos, podendo emitir recomendações para a melhoria da gestão e da transparência.

**Art. 8º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA PAULISTA, aos dez dias do mês de outubro de dois mil e vinte e cinco.

Rodolfo Wilson Rodrigues Braga  
Prefeito de Várzea Paulista